



Universidade
ESTADUAL DA PARAÍBA

CENTRO DE HUMANIDADES
CAMPUS III – GUARABIRA, PB
Departamento de História

Aline Marques Da Silva

Relações de poder na política mamanguapense e as representações nos discursos na câmara dos vereadores da cidade de Mamanguape/PB (1947-1950): algumas considerações iniciais

Guarabira, PB
Dezembro, 2014

Aline Marques Da Silva

Relações de poder na política mamanguapense e as representações nos discursos na câmara dos vereadores da cidade de Mamanguape/PB (1947-1950): algumas considerações iniciais

Artigo apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) ao Curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual da Paraíba, como exigência para obtenção do título de Graduada em História.

Área de concentração: História Política

Orientador: Profº Dr. Martinho Guedes dos Santos Neto

Guarabira, PB
Dezembro, 2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S586r Silva, Aline Marques da
Relações de poder na política Mamanguapense e as representações nos discursos na câmara dos vereadores da cidade de Mamanguape/PB (1947-1950): algumas considerações iniciais [manuscrito] : / Aline Marques Da Silva. - 2014.
33 p.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2014.
"Orientação: Martinho Guedes dos Santos Neto, Departamento de História".

1. Relações de poder. 2. Política local. 3. Democratização.
I. Título.

21. ed. CDD 981

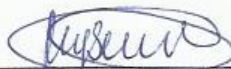
UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES - CAMPUS III
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

Relações de poder na política mamanguapense e
as representações nos discursos na câmara dos
vereadores da cidade de Mamanguape/PB (1947-
1950): algumas considerações iniciais

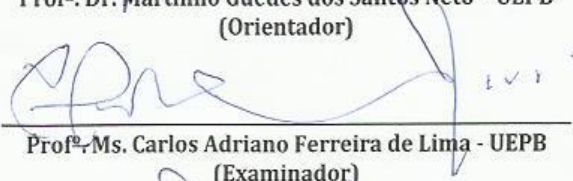
Aline Marques Da Silva

Aprovada em 03 de Dezembro de 2014

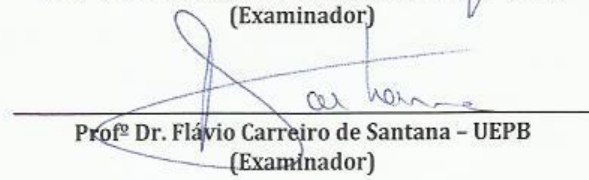
Banca Examinadora



Prof.º Dr. Martinho Guedes dos Santos Neto - UEPB
(Orientador)



Prof.º Ms. Carlos Adriano Ferreira de Lima - UEPB
(Examinador)



Prof.º Dr. Flávio Carreiro de Santana - UEPB
(Examinador)

Guarabira/PB
Dezembro/2014

A todos que estiveram comigo nesta jornada, em especial a memória de Josilma Pessoa, que foi um anjo em minha vida, que me fez acreditar em amizades verdadeiras e eternas, para além da vida e da morte. A meus pais, a minha irmã e a minha filha, que são minha base de força e perseverança. A Sóricres, que é o sol de minha vida, que me acompanha nos caminhos mais difíceis desta jornada. **Dedico.**

AGRADECIMENTOS

Durante os quase seis anos que estive na graduação – um tempo relativamente longo para mim, mesmo que para a História seja de curta duração –, aprendi inúmeras coisas, e uma delas foi me superar. Se for medir dentre as coisas que aprendi, que estão entre o pessoal e o acadêmico tenho um saldo muito positivo nos dois campos de minha vida.

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me proporcionado força, saúde e fé, para continuar esta caminhada árdua, algumas vezes fraquejando, mas sem jamais desistir, e aqui estou, concluindo mais uma importante fase de minha existência, e sendo muito agraciada por Deus.

Agradeço a Deus pela existência de minha filha **Maria Emanuelle**, que foi o motivo de escolher uma graduação para o meu crescimento profissional, e foi o motivo de continuar a caminhada todas as vezes que pensei em desistir, quando imaginei que não tinha mais forças, foi no sorriso dela, e de todas as vezes que me chamava de mamãe que eu tinha certeza que não podia parar.

Agradeço imensamente a minha família, a meu pai **Antônio**, que é meu exemplo de honra e respeito, a minha mãe **Nevinha**, meu exemplo de bondade e amor, e a minha irmã **Alice**, um verdadeiro exemplo de perseverança e fé, por sempre terem me apoiado, e que do jeito de cada um deles, de forma singular e contínua, nunca deixaram de acreditar em mim, e sem a ajuda deles, teria sido muito mais difícil este caminhar.

Agradeço aos anjos que Deus colocou em minha vida, e que me devotaram verdadeira amizade, e que eu não poderia deixar de agradecer, pois vocês, **Givonaldo, Carlinhos, Flávio e Abdiel**, me deram força, apoio, conselhos em fases de minha vida que eu não teria vencido se vocês não estivessem comigo. E graças a vocês eu superei muito dos meus medos, falhas e depressões.

Agradeço ao meu eterno e querido professor **Jaelson Brito**, que em meu último ano no ensino médio, me proporcionou a felicidade de me influenciar positivamente em fazer o vestibular, e principalmente na escolha do curso de História. Professor Jaelson, obrigada por me apresentar o gosto de se estudar e conhecer a História.

Agradeço meus colegas de turma, que me acompanharam nestes anos de graduação até o término: **Adriana, Lucicleia, Anna Valéria, Wilton, Fernando, Alan, Petson, Neto, Fábio, Hummel**, que aguentaram o meu gênio todos estes anos, e que sem eles as aulas não teriam sido tão agradáveis. Agradeço a vocês de todo o meu coração.

Agradeço a equipe que fez a diferença em minhas tardes no Colégio Polivalente – Guarabira/PB, com o projeto PIBID: **Joanne, Sandeilson, Renata, Tânia** e a professora **Severina**. Os encontros me possibilitaram aprendizados ímpares, e que contribuíram, e muito em minha formação docente, que levarei comigo por toda uma vida.

Agradeço a todos os professores e professoras que tive durante o curso, e a contribuição de cada um em minha formação acadêmica e profissional, que me possibilitaram a ter uma visão de mundo historicamente mais coerente e justa. Mas agradeço em especial a meu orientador **Martinho Guedes**, que sem as suas orientações e paciência para comigo, não teria sido possível a realização deste trabalho. Agradeço em particular aos professores **Carlos Adriano, Flávio Carreiro** e a professora **Luciana Calissi** pela amizade, carinho, apoio e dedicação que sempre tiveram a mim, todas as vezes que precisei de ajuda e de conselhos. Vocês estarão para sempre em meu coração, e em meus agradecimentos.

Agradeço ao professor **Waldeci Ferreira Chagas**, que se não fosse a sua dedicação e empenho em nos proporcionar a oportunidade de buscar conhecer a história e produção historiográfica de nossa cidade, na disciplina Construção da História Regional e Local, não teria nascido à iniciativa deste trabalho que é fruto desta disciplina. A você professor, muito obrigada.

Agradeço a todos os funcionários da UEPB, em especial aos da **Coordenação do Curso de História** e aos da **Biblioteca Maria do Carmo de Miranda**, pela atenção e dedicação em sempre nos receber bem.

Por fim agradeço a uma pessoa muito especial, ao amigo e companheiro, ao amor que Deus me concedeu, por todas as vezes que escolheu está comigo, mesmo tendo tantas outras oportunidades para seguir por outros caminhos, mas foi a meu lado que decidi ficar. Agradeço pelo apoio, conselhos, carinho, dedicação, e pelo amor verdadeiro que sempre me ofereceu, sem nada pedir em troca. Agradeço a você **Sóricres**, a você que é o amor de toda minha vida, luz dos olhos meus, a você que é quem dá sentido a todos os meus sonhos, planos e desejos. Obrigada por está sempre a meu lado. Sem você eu não teria conseguido.

A **todos** e a **todas**, colegas, amigos e amigas de trabalho, lazer e estudos, que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação acadêmica, o meu muito obrigada!

“A história movimenta-se através de ritmos, que adquirem velocidade peculiar conforme as conjunturas e as forças políticas e sociais que nelas atuam.”

Lucilia de Almeida Neves Delgado

Relações de poder na política mamanguapense e as representações nos discursos na câmara dos vereadores da cidade de Mamanguape/PB (1947-1950): algumas considerações iniciais

Aline Marques da Silva¹

RESUMO

Neste trabalho propomos debater as relações de poder construídas entre a política local da cidade de Mamanguape na Paraíba e o poder político estadual, entre os anos de 1947 a 1950, pós-Estado Novo, período de democratização no Brasil. A nossa abordagem teórica está orientada pelos estudos das relações de poder e da cultura política como perspectiva de discussão acerca das características das relações entre o poder político/partidário local da cidade de Mamanguape e a política estadual. Essas relações político/partidárias serão percebidas, neste primeiro momento, com a análise de algumas Atas da Câmara de Vereadores de Mamanguape e da historiografia que discute o período de 1947 a 1950.

Palavras-chave: Relações de poder; política local; democratização.

Las relaciones de poder en la política mamanguapense y las representaciones en los discursos en el ayuntamiento de la ciudad de Mamanguape / PB (1947-1950): algunas consideraciones iniciales

RESUMEN

En este trabajo se discuten las relaciones de poder construida entre La política local de La Ciudad Mamanguape en Paraíba y el poder político estatal, entre los años 1947-1950, post-Estado de Nuevo, período de democratización en Brasil. Nuestro enfoque teórico se guía por los estudios de las relaciones de poder y la cultura política como la discusión de la perspectiva sobre las características de las relaciones entre el poder político / partidario local de Mamanguape y política del estado. Estas relaciones político / partido serán consideradas, en este momento, con El análisis de algunas actas Del Ayuntamiento de Mamanguape y La historiografía que analiza El período 1947-1950.

Palabras clave: Las relaciones de poder; La política local; Democratización.

¹ Aluna de Graduação em História na Universidade Estadual da Paraíba – Campus III.
E-mail: alinemarqueshistoria@gmail.com

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. FACES DA POLÍTICA.....	11
3. CULTURA POLÍTICA E SUAS REPRESENTAÇÕES.....	15
4. A POLÍTICA E SUAS CONFORMAÇÕES PARTIDÁRIAS.....	19
5. INTERMEIOS DA POLÍTICA MUNICIPAL.....	23
6. CONSIDERAÇÕES FINAS.....	27
7. REFERÊNCIAS.....	29

1. INTRODUÇÃO

O Brasil no período entre 1945 a 1964 vive uma transformação em sua configuração político/partidária, mesmo que em sua estrutura haja mais permanências que mudanças. A queda do estado novo tirando Vargas do poder, trás consigo um período que fica conhecido como democrático, pois chega ao fim um período ditatorial dominado por Getúlio Vargas, e dá início a um dos primeiros momentos onde, muito mais que na República Velha, o voto popular teve grande impacto decisório na organização da política nacional.

Pensando neste contexto histórico nacional e partindo para a história local, este trabalho propõe uma análise das representações dos discursos encontrados nas atas² da câmara dos vereadores na cidade de Mamanguape/PB, entre os anos de 1947 a 1950, e por meio da leitura dessas representações percebermos as relações de poder, principalmente entre as bancadas oposicionistas dentro da câmara dos vereadores, e como a partir destas percepções temos os primeiros indícios dessas relações entre a câmara e o município e entre a câmara e o estado, concebendo como se dava a dinâmica entre ambos e como se relacionavam. Essas discussões demonstram que em alguns momentos nessas esferas administrativas, o poder é aflorado por discursos inflamados de um jogo político intenso.

Para podermos ter a possibilidade de uma análise mais contundente e historicizada, iniciamos com uma abordagem que nos fará compreender, mesmo que resumidamente, sobre como se encontrava o Brasil pós-Estado Novo, como estava organizada a sua estrutura político/partidária, quais tensões se enfrentava, e como a influência varguista ainda era dominante e decisiva em muitos casos.

Por conseguinte, abordamos uma estrutura político/local, pois a partir deste viés, entendemos as conformações políticas estaduais, e compreendemos de forma mais comprometida às análises dos discursos encontrados nas atas. Para chegarmos a tanto,

² Entendemos a ATA como um Instrumento de registro e posterior publicação das deliberações e questões tratadas na assembleia. Segundo ESQUINSANI: “As atas elaboradas para / em / a partir de reuniões, podem ser qualificadas enquanto registros formais de um encontro promovido por um órgão, associação, entidade ou grupo de sujeitos, tanto com seus pares quanto subordinados, visando deliberar sobre assuntos de interesse comum ou repassar informações. Encaradas como potenciais documentos de valor jurídico, as atas têm a necessidade de consubstanciarem-se enquanto um fiel registro do que ocorreu na reunião (deliberações, decisões, discussões). Por outro lado, atas também podem servir como uma rica fonte documental, sobremaneira para a história da educação. Dentro desta perspectiva, a ata é entendida como um lugar de memória (Nora, 1993) que, do ponto de vista científico, metodológico ou historiográfico, pode ser mais ou menos rigorosa, mas, ainda assim, um lugar de memória” (2007 p. 104).

Disponível em: revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/5698/2899.

Acesso: 21.08.2014

utilizamos do conceito de cultura política e exploramos de como os traços de uma cultura política coronelista estavam presentes nos debates encontrados em nossas fontes – as atas.

Utilizamos apenas quatro exemplos, mas que são os necessários para a proposta deste trabalho, que como encontramos claro no título, é apenas algumas considerações iniciais que este trabalho propõe sobre os primeiros indícios e conformações sobre a estrutura política municipal, dentro de um recorte maior – o nacional, período de democratização pós-Estado Novo.

2. AS FACES DA POLÍTICA

Dentre as diversas forças que regem as ideologias e as discussões políticas, as relações de poder³ são uma das principais dinâmicas que historicamente constituem a política brasileira. No Brasil, desde a República Velha até os dias atuais, estas relações foram regidas em grande parte, ou quase a totalidade das discussões e decisões políticas travadas e firmadas nas diversas arenas partidárias, e que estão marcadamente presentes neste período entre 1945 a 1964. O universo da política e suas relações e conjunturas políticas, de longa data, construíram a ideia da dicotomia entre políticos e classes sociais, sobretudo, quando se percebe a movimentação intensa de outros setores sociais que não estão diretamente ligados ao poder.

Essa perspectiva se estende aos múltiplos contextos históricos da política brasileira e estabelecem alguns marcos de análises para que entendamos essas faces da política – no caso específico dessa análise introdutória – no contexto pós Estado Novo e pré Golpe de 64. Esses marcos políticos, embora dinâmicos, nos trazem um confronto múltiplo dos tipos e das características das relações de poder neste contexto, haja vista a alternância autoritária e democrática na política brasileira, ainda mais quando consideramos que, Segundo Jorge ferreira, na “literatura especializada, parece existir certa dificuldade em reconhecer que, entre 1945 e 1964, o Brasil conheceu de fato uma experiência democrática” (2003, p. 336). Esta experiência democrática torna possível o vínculo de uma relação entre o poder estatal – de governar, e o poder das massas populares – de votar. Como afirma J. M. de Carvalho em seu livro “Cidadania no Brasil”:

³ “Para Foucault, o poder não existe, o que existe são as relações de poder. No entender de Foucault, o poder é uma realidade dinâmica que ajuda o ser humano a manifestar sua liberdade com responsabilidade. A ideia tradicional de um poder estático, que habita em um lugar determinado, de um poder piramidal, exercido de cima para baixo, em Foucault é transformada. Ele acredita no poder como um instrumento de diálogo entre os indivíduos de uma sociedade.” (MARINHO, Ernandes Reis. **As relações de poder segundo Michel Foucault**. Taguatinga/DF: E-Revista Facitec - ISSN 1981-3511, v. 2, n. 2, Art. 2, dez. 2008).

“(...) Nesse ano [1945], nova intervenção militar derrubou Vargas e deu início a primeira experiência que se poderia chamar com alguma propriedade de democrática em toda a história do país. Pela primeira vez, o voto popular começou a ter peso importante por sua crescente extensão e pela também crescente lisura do processo eleitoral. (...)” (2003, p. 87).

Percebemos assim, que mesmo a concepção de democracia⁴ estava em xeque, pois temos aqui, uma estrutura de cunho militar tentando impor sua administração e ao mesmo tempo o voto popular que, mesmo adquirindo força e visibilidade se apresentava aos moldes totalitários do Getulismo.

“As oposições vencedoras a 29 de outubro de 1945 representavam elites econômicas e oligarquias regionais afastadas do poder em 1930, ou que o tinham sido durante o Estado Novo, e não tinham interesse algum em realizar qualquer transformação de peso, que viesse a permitir a real participação das massas populares no processo de decisões políticas. Menos ainda poderiam estar interessadas em alterar substantivamente a infraestrutura econômico-social de modo a possibilitar uma nova forma de propriedade dos meios de produção.” (FAUSTO, 1998, p. 288).

As tensões nacionais e internacionais, por outro lado, configuram e reconfiguram a paisagem política brasileira interferindo constantemente no ideário ideológico, ora de um, ora de outra figura política emergente.

O Brasil pós-estado novo, se encontrava em um período democrático conturbado, que iniciado em 1945 estava ganhando consistência e potencializando o crescimento e o aprofundamento em uma experiência democrática que acabou sendo abortada pelo golpe civil militar em 1964. Dentre tantos outros fatores que nos mostram tais evidências, podemos perceber algumas, por meio das iniciativas a vários golpes na tentativa de impedir a posse de Getúlio Vargas em 1951, como também em 1955 para impedir a posse de Juscelino

⁴ Concepção de democracia a partir da leitura do livro *O Futuro da democracia*, de Norberto Bobbio, é possível verificar que o autor defende a democracia formada por um conjunto de regras. Na concepção de Bobbio, a regra da maioria é apenas um elemento utilizado para o cálculo dos votos em uma democracia real. Dada a impossibilidade de se instalar uma democracia direta nos Estados modernos por conta da complexidade da sociedade, a representatividade do poder torna-se necessária. Nesse passo, Bobbio sustenta que os representantes eleitos não podem exercer mandatos imperativos, isto é, não podem estar vinculados a interesses particulares e constata que esta proibição é explicitamente violada, pois os representantes eleitos ficam vinculados aos interesses das agremiações partidárias às quais são filiados. Norberto Bobbio ainda ressalta que a publicidade do poder é imprescindível, pois a visibilidade dos atos governamentais é o instrumento que os cidadãos têm para o controle e fiscalização dos atos de governo e, para que o poder estatal esteja em consonância com as vontades dos governados, é necessário que exista educação para a cidadania. Para Bobbio, não existe democracia representativa se o poder é escamoteado dos mandatários e se há cidadãos mal educados para as regras do jogo democrático.

Disponível em: <http://jus.com.br/artigos/17692/a-democracia-moderna-na-concepcao-de-norberto-bobbio#ixzz3KLD5YTAH> Acesso: 28.11.2014

Kubitschek, e em 1961 para impedir a posse do vice-presidente João Goulart, que ocorreu após a renúncia de Jânio Quadros, renúncia esta, que provocou grande crise política.

Percebemos, portanto as várias tentativas de golpear, de tornar nula e ineficiente uma democracia que estava se estabelecendo após vivenciar os longos anos que o Brasil fora governado pela ditadura Vargasista. E por outro lado, a insistência em tornar desestabilizada a política do governo de Getúlio Vargas, considerada populista segundo a literatura especializada. Conseguimos visualizar isto a partir do governo do presidente Dutra que é antipopulista, assim como também o é, a constituição promulgada em 1946. Tais medidas tem o intuito de apagar qualquer resquício da herança política Getulista, mas é óbvio que nada se transfigura do preto para o branco, da noite para o dia sem deixar permanências. Como Maria do Carmo afirma:

“(...) a queda do estado novo foi amortecida, e sua estrutura geral aproveitada para a nova armação institucional. Não afirmamos, é claro, uma continuidade total, como se estivéssemos diante de dois sistemas idênticos. Tal interpretação equivaleria em sua ingenuidade àquela que vê na Constituição de 1946 um corte abrupto com o passado e a inauguração de uma etapa imaculadamente democrática em nossa história política. (SOUZA, 1990, p. 134)”.

Torna-se importante salientar que havia também uma tensão muito forte nesse período de democratização no âmbito rural que respingava no congresso. A todo tempo os presidenciáveis, herdeiros da estrutura política estatal deixada por Getúlio Vargas, elaboravam propostas e projetos de reforma agrária, propostas estas que estavam sempre sendo barradas pelo congresso nacional, ou simplesmente deixadas de molho por um logo período de meses, para depois serem refutadas. Essas medidas e propostas abalaram a estrutura econômica do país como um todo, pois apesar de no Brasil estivesse presenciando um desenvolvimento de base industrial, as conformações sociais em suas estruturas mais gerais se configuravam com base economicamente agrária. Portanto, debater sobre a possibilidade de uma reforma agrária provocava debates e posicionamentos políticos consistentes da parte dos latifundiários, que obviamente não deixariam que as reivindicações dos movimentos do campo os prejudicassem, tampouco, fragmentassem seus latifúndios, pois como vimos na obra “A construção da ordem” de José Murilo de Carvalho, o congresso é formado pelos grandes fazendeiros e latifundiários, e esta é uma herança oligárquica que carregamos até hoje.

Desde o governo do presidente Dutra até a presidência de João Goulart, os projetos eram enviados com o objetivo de tornar efetiva a lei agrária e/ou a reforma agrária, para que

assim o homem do campo pudesse ser beneficiado com o direito e oportunidades iguais de crescimento ao do trabalhador urbano; para que a economia agroindustrial do país crescesse, dentre outras coisas, que o congresso sempre refutava. Percebemos, portanto, que nunca se discutiu tanto sobre a posse da terra e a divisão da mesma, como nesses quase vinte anos de experiência democrática. Discussão esta, que mobilizou até setores da igreja católica em prol de defender os interesses dos agricultores, mas também com o intuito de cristianizá-los.

O Brasil também se encontrava em uma crise econômica que provocou a instabilidade política durante o segundo governo Vargas, aumentando assim a tensão nas estruturas nacionais. Não se aceitou, nas várias camadas dominantes do estado nacional, a retomada ao poder de um ditador, ainda mais pelo voto das massas populares, principalmente dos setores mais conservadores e de um dos partidos mais fortes, a UDN, que além de não colaborar com a governabilidade presidencial, faria de tudo para prejudicar, elaborando todos os tipos de denúncias, no intuito de deflagrar um golpe, e desapossar Vargas da presidência da república. Denúncias estas, que intensificaram a crise política na qual se encontrava o governo em 1953.

Com a morte de Getúlio, a tentativa de golpe se desmantelou, e voltou a aparecer novamente quando Juscelino, tido como um getulista e Goulart tido como um comunista venceram as eleições de 1955. Mas em todo o período em que Juscelino governou o Estado/nação, a área de Getúlio esteve presente, o que não foi diferente quando da renúncia de Jânio Quadros, e, por conseguinte da posse de Jango, que teve um dos períodos de governo mais tensos, e não foi por menos, que em abril de 1964 a UDN juntamente com a ala mais conservadora do Exército, Marinha e Aeronáutica, conseguiram instituir o golpe que a tanto haviam planejado, e somente com esse golpe é que o Brasil se destituiu da presença simbólica de Vargas, nos moldes de governar e em sua estrutura política.

Temos, portanto, um período de democratização, que se instituiu no Brasil de 1945 e se encerra em 1964 sob o modelo varguista de governar. Primeiramente com sua influência política em vida, e depois pela transformação em poder simbólico, com o advento de sua morte.

“O que se pode afirmar com segurança, diante destes dados, é que a sombra do velho Getúlio Vargas continuava a se estender sobre o país. Derrubara-se o homem, mas os mecanismos políticos, o aparato burocrático, o sistema de poder elitista e autoritário iriam permanecer, modificados em alguns aspectos de sua forma, mas idênticos quanto ao conteúdo.” (FAUSTO, 1989, p. 290).

Depois de abordarmos aqui uma breve discussão sobre este período extremamente tenso, e não apenas no Brasil por conta principalmente a sua estrutura política advinda do Estado Novo e intensamente Varguista, mas, também extremamente tenso em escala mundial por conta do fim da Segunda Guerra, seguido de um momento tão complexo quanto, momento este denominado Guerra Fria, adentraremos mais um pouco, mesclando o nacional com o local, a fim de chegar cada vez mais próximo de nosso objeto de estudo.

3. CULTURA POLÍTICA E SUAS REPRESENTAÇÕES

O intuito principal deste trabalho, portanto, é abordar a história local com o recorte neste período democrático instaurado no Brasil entre 1945 a 1964. Analisaremos o período entre 1947 a 1950 a partir das atas da câmara dos vereadores da cidade de Mamanguape/PB, e por meio dos discursos nelas encontrados, discutiremos as representações que estes discursos transfiguram em escala municipal e estadual sobre as relações de poder dentro da estrutura política do município.

Com leituras e pesquisas iniciadas na disciplina Construção da História Regional e Local, no curso de graduação em História da UEPB – Campus III, sobre a historiografia produzida a respeito da cidade de Mamanguape, deparamo-nos com algumas questões que nos incomodou, uma vez que, Mamanguape é uma cidade centenária, visitada pelo imperador D. Pedro II durante seu auge do seu desenvolvimento econômico (1859), alavancado pelo movimento de exportação comercial do porto de Salema, considerado superior ao do porto da capital (COSTA, 1986, p. 73), entretanto, mesmo após sua gradativa decadência econômica, e a cidade ter sido perpetuada no decurso da sua história, as memórias históricas e suas fontes se constituem objeto de minuciosa busca, pois, não houve o cuidado na preservação de boa parte dessa documentação centenária.

E isso levou a uma crescente repetição dos fatos e acontecimentos da história da cidade, as repetições, tanto nos livros⁵ publicados sobre a cidade, como também em trabalhos acadêmicos⁶, pouco tem colocado como objeto de pesquisa histórica, outros recortes e outras temáticas. Algumas exceções têm se debruçado sobre a história de Mamanguape e

⁵ Algumas obras da historiografia local como, por exemplo, “Pedacos da História de Mamanguape” por José de Oliveira Ramos; “Mamanguape minha terra” por Adailton Coelho Costa e Sebastião Alves Lins; “Panorama de Mamanguape” por Adiel Alves Rodrigues; “Mamanguape 150 anos” por Ana Isabel de Souza Leão Andrade e Severina Maria Oliveira de Vasconcelos; “Mamanguape a fênix paraibana” por Adailton Coelho Costa; dentre outras.

⁶ As seguintes monografias apresentadas como trabalho de conclusão de curso: Mamanguape: História e Patrimônio por Josilene Florêncio de Medeiros; Síntese Histórica do Município de Mamanguape (1585-1860) por Romonilson Silva das Neves.

contemplado alguns recortes, é o que se pode perceber, por exemplo, em algumas monografias⁷ produzidas como Trabalho de Conclusão de Curso em História, na Universidade Estadual da Paraíba, mas em nenhuma dessas se procurou discutir o poder político local ou trazer a tona outros recortes substanciais sobre a história da cidade – isso quando nos remetemos aos tempos remotos da história da cidade de Mamanguape.

A partir de um levantamento inicial, constatamos que o que se tinha eram ausências e um longo período de tempo em que a história local não contemplou, por meio de uma produção qualitativa, a história de Mamanguape, ainda mais quando se debruçou sobre a história política local. Os recortes que, inicialmente foram levantados, dão conta de uma extensa lacuna no que se refere à história política de Mamanguape e suas especificidades, as fontes são quase inexistentes e as possibilidades de encontra-las talvez conduza o historiador a outros longos períodos de silenciamento. Mas, foi justamente nesta ausência que encontramos, depois de várias buscas, fontes que podem contribuir para a historiografia da cidade.

A documentação, da qual tivemos acesso, da Câmara de vereadores, nos permitiu construir alguns questionamentos sobre a política local e as relações de poder construídas com o Executivo estadual. Essa documentação trás o complexo e engenhoso “jogo de poder” em que a política local e o chefe político, figuram como servidor do povo, que pouco a pouco constrói o complexo sistema articulações (BLONDEL, 1994, p. 101).

Os discursos, as representações, as relações de poder, são objetos que fazem parte de uma minuciosa pesquisa que aprofunda as possibilidades de fontes dentro da Nova História Política, iniciada nos anos de 1980 e 1990 por historiadores franceses⁸. O conceito cultura política carrega uma discussão densa e continua, mas que ainda não possibilita uma conclusão pronta e acabada do que seria de fato o conceito. O que podemos entender por este termo, segundo Serge Berstein cultura política é:

“(…) um grupo de representações, portadoras de normas e valores, que constituem a identidade das grandes famílias políticas e que vão muito além da noção reducionista de partido político. Pode-se concebê-la como uma visão global do mundo e de sua evolução, do lugar que ai ocupa o homem e, também, da própria natureza dos problemas relativos ao poder, visão que é partilhada por um grupo importante da sociedade num dado país e num dado momento da história.” (BERSTEIN, 2009, p.31).

⁷ Como, por exemplo, a monografia de Rogério de Moraes Alves intitulada “Construção e Usos dos Espaços na Feira Livre do Bairro do Areal em Mamanguape/PB”.

⁸ Cabe aqui elencar alguns principais, como Serge Berstein, Jean-François Sirinelli e René Rémond.

Serge Berstein ao citar Jean-François Sirinelli sobre cultura política nos afirma que a mesma é “(...) uma espécie de código e (...) um conjunto de referenciais, formalizados no seio de um partido ou mais largamente difundidos no seio de uma família ou de uma tradição política. (BERSTEIN, 2009, p. 31).

No Brasil, Rodrigo Patto Sá Motta, da Universidade Federal de Minas Gerais, um importantíssimo historiador do político, estudioso e crítico deste fenômeno da nova história política que trás consigo um novo conceito denominado cultura política, o caracteriza como “(...) um conjunto de normas, valores, atitudes, crenças, linguagens e imaginário, partilhados por determinado grupo, e tendo como objeto fenômenos políticos.” (MOTTA, 1996, p. 95).

E mais adiante Patto exemplifica dizendo que o conceito se estabelece “(...) quando em tradições que são reproduzidas por várias gerações. O conceito não se aplica a fenômenos superficiais e passageiros” (MOTTA, 1996, p. 95).

Ainda seguindo a análise de Rodrigo Patto, o conceito de cultura política possui algumas vantagens, que para enriquecer este trabalho vale a pena trazer a luz da discussão. Portanto, ele afirma que este conceito é:

“(...) consistente e permite abordar com mais precisão o mesmo tipo de fenômeno, qual seja, as representações mentais. Por outro lado, adequa-se melhor à necessidade de respeitar as particularidades existentes entre os grupos ou dentro, evitando assim as generalizações abusivas. (...) sua propensão a enfatizar as diferenças e as identidades particulares de grupos.” (MOTTA, 1996, p. 94-95)

Diante de tais afirmações, podemos compreender tal conceito a luz da leitura de Victor Nunes Leal “Coronelismo, enxada e voto” (1997), cujas definições apontam para uma cultura política exercida por gerações no nordeste e que ainda hoje encontramos traços fortes nas cidades de interior, estrutura política esta, denominada “coronelismo”.

“Ainda hoje se observam, no interior, principalmente nos lugares mais remotos, manifestações muito visíveis de poder privado, pela influência dos chefes locais e senhores de terras sobre seus dependentes. (...)” (LEAL, 1997, p. 242).

Segundo Victor Nunes Leal, as consequências do coronelismo “se projetam sobre toda a vida política do país”, mas atuando sempre “no reduzido cenário do governo local” (1997, p. 275). Daí que para Rodrigo Patto, podemos refletir sobre as possibilidades nos estudos de culturas políticas, uma perspectiva muito interessante e viável: “o estudo de cultura política regional” (2009, p.32). Com esta observação de Rodrigo Patto, podemos justificar a

nossa afirmação sobre o coronelismo como uma representação dentro do conceito de cultura política.

Identificamos no trabalho de Rodrigo Patto Sá Motta a referência ao “mito do líder” (MOTTA, 1996, p. 97), que é o “chefe político local” de Victor Nunes Leal. Este chefe que guia a população em todo e qualquer aspecto, do setor público ao privado, desde o direito ao voto até a educação. É o coronel que é o responsável por determinadas e variadas obrigações daqueles que são seus dependentes. Seguindo esta ótica, ainda segundo Rodrigo Patto, é este imaginário político do líder – no nosso caso o coronel que é o chefe político –, este aspecto “pode ser considerado como um dos elementos constituidores da cultura política” (MOTTA, 1996, p.98). Significando o isolamento, ausência ou rarefação do poder público, apresenta-se o “coronelismo”, desde logo, como certa forma de incursão do poder privado no domínio político. Para tanto, também podemos pensar no coronelismo como um sistema político dominado “por uma relação de compromisso entre o poder privado decadente e o poder público fortalecido” (LEAL, 1997, p. 276).

Como afirma Victor Nunes Leal, o coronelismo é próprio do sistema republicano embora possam encontrar alguns dos seus traços no período colonial. Depois do exposto, podemos afirmar que embora o coronelismo seja muito forte durante a República Velha, encontramos sim, traços fortíssimos desta representação de cultura política nesse período de democratização. Podemos dizer que essa estrutura coronelista foi incentivada e adaptada, com a política do Estado Novo, pois as interventorias contribuía para que os chefes políticos locais se submetessem aos governos estaduais. Por este motivo encontramos esse sistema muito presente não apenas nos estudos sobre a política paraibana pós 1945, mas também nos estudos a nível nacional.

“No entanto, ao abrir-se o jogo político, o que ocorre é a rearticulação das representações regionais, e o reativamento do fenômeno coronelista, ainda em plena vigência enquanto expressão econômica e social. Se o Estado Novo não o inibe, mas o controla, na nova ordem democrática, a disputa eleitoral espontaneamente atribui papel relevante na vida política aos que detêm o domínio real das clientelas rurais e municipais” (FAUSTO, 1989, p. 172).

A sanção a determinadas ações de partidários contrários aos ideários situacionistas, pode-se dizer, ser a primeira atitude aparente em um discurso coronelista. Analisando as informações presentes nas atas da câmara municipal de Mamanguape referente ao período

estudado percebemos essa posição de bloqueio através da “força”. No referido documento encontra-se, resumidamente, as seguintes informações:

“Ata da 2ª sessão ordinária da convocação extraordinária aos vinte cinco dias do mês de agosto de 1948 (...), o vereador Adelgício dos Santos Lima, reclama da atitude do senhor prefeito José Fernandes de Lima, por ter cancelado o nome dele e do senhor José de Oliveira Ramos da folha de pagamentos das diárias a que eles tinham direito.” (1948, p. 7)

Ao fazermos a leitura dessa ata, e comparando o comportamento do senhor prefeito citado em atas anteriores (cujo conteúdo não foi exposto neste trabalho), percebe-se claramente que o prefeito, o qual pertence ao PSD⁹, persegue estes dois vereadores que pertencem ao PSB¹⁰, pois os mesmos fazem oposição aberta e veementemente efetiva contra os “desmandos do senhor prefeito”. O vereador Adelgício considera o ato do prefeito, “ilegal, reacionário e discricionário”, ou seja, o prefeito estaria agindo de forma a coagir a bancada que lhe fazia oposição declaradamente, usando mesmo que de meios não lícitos, para que a mesma se sentisse intimidada.

Nessa leitura do discurso oficial, percebe-se, além da aparente revelia dos prejudicados pela sanção do prefeito, o debate revoltado daqueles à atitude do administrador. Mas é preciso lembrar que os poderes se repelem e se atraem, basta a inversão dos polos.

4. A POLÍTICA E SUAS CONFORMAÇÕES PARTIDÁRIAS

O Brasil enquanto nação apresenta-se em seus diversos períodos históricos com características extremamente singulares. As relações de poder e principalmente as relações entre os “poderes” são, de modo geral, elementos sempre presentes no desenvolvimento político/social do país. Como exemplifica Monique Cittadino em seu trabalho “Poder local e ditadura militar”, em que a autora trabalha as relações de poder numa perspectiva político/regional:

“Em sociedades nas quais os limites e as esferas do público e do privado são tênues, ou inexistentes, como é o caso das sociedades politicamente estruturadas em torno do coronelismo nas quais ocorre a privatização das funções públicas, cabendo ao coronel o controle patrimonial desses espaços, os conflitos ocorridos em âmbito familiar e social estendem-se, invariavelmente, para o âmbito político. (...)” (CITTADINO, 2006, p. 59).

Partindo desta concepção, perceberemos que muito das objetividades políticas e das contratações estaduais que se apresentam no Brasil do século XX passavam pelo crivo do

⁹ Partido Social Democrático.

¹⁰ Partido Socialista Brasileiro.

poder local e parte da ideia de posse, pois segundo Victor Nunes Leal para o chefe político estadual contratar alguém, por mais que fosse pessoa de sua confiança, teria que levar em conta as considerações do chefe político municipal, que muitas vezes, na maioria delas, esse chefe era o próprio coronel, pois a sua manutenção na esfera estatal dependia do apoio de tais personalidades na esfera local. Podemos perceber isso quando o autor afirma que, “mesmo quando o governo estadual tem candidatos próprios, evita nomeá-los, desde que venha isso a representar quebra de prestígio do chefe político do município (...)” (LEAL, 1997, p. 65).

A política paraibana constituiu-se a partir da insistência e da imposição pela permanência, da posse atribuída e legitimada muito frequentemente pela violência física e moral, proveniente do coronel e de suas concepções imperiais de poder, o despotismo hereditário transformou a Paraíba do século XX em um celeiro de guerras, intrigas político/familiares. A expansão tanto territorial geográfica, quanto territorial política foi o objetivo principal. Sobre essa perspectiva, Cittadino remontando à formação político/social no sertão paraibano diz:

“Os Maias, a família de João Agripino Filho, estabeleceram-se no estado em primórdios do século XVIII, ocupando uma área no alto sertão, onde, através das práticas sociopolíticas baseadas no exercício da violência, na exclusividade da posse da terra e nas relações matrimoniais endogâmicas, construíram um solido e longo domínio. Com João Agripino, a família maia atingiu seu apogeu, não só na política exercida no plano local, no município do Catolé do Rocha, como também nas esferas mais amplas da esfera estadual” (CITTADINO, 2006, p. 25).

À aproximadamente cem anos antes do período analisado, percebemos a utilização na consolidação no poder pelos Maias no sertão paraibano, de mecanismos político/sociais bastante presente nos primeiros anos do século.

Na política paraibana encontramos vários aspectos de práticas políticas que podemos caracterizar como sistemas considerados patronais. Práticas estas que encontramos dentro do próprio coronelismo, uma hierarquização do poder sobre os subalternos. A política paraibana foi construída em cima dessa posse e desse comando das famílias influentes como afirma Monique Cittadino.

Ao caminhar da história, as práticas vão se transformando, e outras permanecem, o coronelismo durante muitas décadas foi predominante, era a sua forma de governar e de comandar que estava sempre presente nas estruturas políticas. Com a queda do Estado Novo, as práticas coronelistas ainda são existentes, como afirma Victor Nunes Leal, elas não desaparecem, e como já foi dito anteriormente, a política exercida pelos interventores foi um

modelo político estrutural, que forneceu meios para que traços fortes do coronelismo continuassem a existir, mas também oportunidades para que outros começassem a predominar. É por meio dos partidos e através deles, que a política clientelista tem o seu livre funcionamento.

“(…) Deixamos de ver o “clientelismo” como uma característica específica da política brasileira, ou mesmo de um “estágio” de desenvolvimento, para enfocá-lo como uma modalidade de controle sobre recursos políticos e de sua utilização por organizações políticas (no caso, partidos) que desta forma procuram gerar poder para si próprias e se consolidar como instituições” (SOUZA, 1990, p. 35).

Como Maria do Carmo afirma na citação acima, os partidos, estes que estavam se formando e se consolidando entre 1945-1964, buscaram controlar as massas populares pela política clientelista, e não conquistá-las a partir da ideologia partidária. E mesmo que um partido obedeça a uma ideologia definida, Jean Blondel nos diz que “A amizade é um fator poderoso” (1994, p. 117). Ainda seguindo a reflexão de Maria do Carmo:

“O essencial, portanto, é que o grau em que os partidos brasileiros do período 1945-1964, indistintamente, se alimentam do clientelismo e fazem dele uma estratégia de aquisição, consolidação de poder pode ser tomado como indicador dos obstáculos à institucionalização do sistema partidário como um todo” (SOUZA, 1990, p. 35-36).

E Jean Blondel complementa sabiamente:

“Os Chefes políticos nasceram antes dos partidos. Sua existência de fato é muito antiga, e sobre ela veio colocar-se a nova organização. Ou melhor dito, a nova organização simplesmente deu um nome a uma situação antiga (BLONDEL, 1994, p.155).

Segundo René Rémond, as práticas do político podem variar segundo as circunstâncias e as intenções de quem estão no poder, de quem está no controle do programa partidário. Segundo o que ele afirma, podemos compreender que as práticas clientelistas citadas por Maria do Carmo são necessárias, pois quem está no controle do poder estatal, não consegue priorizar outra forma de governar que não seja esta. Governar segundo ideologias partidárias, torna-se incompreensível em uma sociedade, cuja cultura política coronelista era muito forte – não partia da cúpula, mas partia da base que a formava, por isso refletia nela. Portanto, torna-se compreensível que os partidos formados na sociedade brasileira, pouco se

apresentem como partidos ideológicos, e sim com relações clientelistas entre o estado e o povo.

Ao se pensar em um programa partidário, durante as formações dos dois primeiros partidos em 1945 – PSD¹¹ e UDN¹² – se pensa no que a população gostaria de ouvir de um partido pelo qual ela esperava que a defendesse, mesmo sem entender de fato, qual seria a função primordial de um partido. Vejamos o que Serge Berstein afirma:

“Na verdade, entre um programa político e as circunstâncias que o originaram, há sempre uma distância considerável, porque passamos então do domínio do concreto para o do discurso, que comporta uma expressão das ideias e uma linguagem codificadas. É no espaço entre o problema e o discurso que se situa a mediação política, e esta é obra das forças políticas, que têm como uma de suas funções primordiais precisamente articular, na linguagem que lhes é própria, as necessidades ou as aspirações mais ou menos confusas das populações.” (BERSTEIN, 2003, p. 61).

Podemos entender a necessidade do surgimento dos partidos, quando a população começa a questionar o estado, e a querer exigir a sua participação nas decisões que eram direcionadas a elas. Vamos refletir sobre, por meio da afirmação de Serge Berstein:

“(…) a partir do momento em que a extensão do sufrágio introduziu no jogo político parcelas cada vez maiores das populações interessadas, e onde, por isso mesmo, ficou claro que o poder não podia continuar sendo apanágio exclusivo de panelinhas¹³ restritas que ignorassem a massa dos eleitores” (BERSTEIN, 2003, p. 63).

Nessa relação de formação partidária, temos duas bases essenciais que vai fazer com que cada partido defenda ideais opostos. Segundo Serge Berstein os partidos de direita “são de criação eleitoral e parlamentar, nascidos da iniciativa dos eleitos desejosos de controlar os comitês que canalizam a massa de eleitores” (2003, p. 64), e os partidos de esquerda “são os ‘de origem externa’ (ao parlamento), (...) emanando de grupos de pressão, sindicatos, ‘sociedades de pensamento’, igrejas, associações de ex-combatentes etc., eles têm em geral estruturas mais estritas que fazem base militante (...)” (2003, p. 65), que segundo a ótica de Maria do Carmo a esta época – 1945, na queda do Estado Novo, início do período de democratização –, não existe partido de esquerda¹⁴, existe uma estrutura política que

¹¹ Partido Social Democrático.

¹² União Democrática Nacional.

¹³ Para o melhor entendimento sobre este termo ler LEWIN, Linda. **Política e Parentela na Paraíba**. Rio de Janeiro: Record, 1993, p. 188-199.

¹⁴ Salvo o PCB no período de dois anos que atua fora da ilegalidade.

comporta duas direitas¹⁵, pois as pessoas que compunham a vida política do país neste período de democratização, certamente não haviam sido substituídas, e muito menos transformadas como que da água para o vinho, em relação ao período estadonovista.

“Uma leitura mesmo superficial da história política de 1943-1946 mostra sem ambiguidades que a maciça maioria dos legisladores e políticos responsáveis pela formulação teórica da vida partidária democrática nacional não só não se renovara, como também, o que é mais contundente, era a mesma que na década anterior havia encontrado nas doutrinas antiliberais a solução para os problemas políticos que o país enfrentava” (SOUZA, 1990, p. 64).

Já no trabalho de Lucilia de Almeida Neves Delgado¹⁶, é considerada a existência de partido de direita e esquerda. O PTB¹⁷, que em 1945 é considerado um partido de direita por apoiar Getúlio Vargas, por ter sido fundado por ele, assim como também o PSD, e a UDN era considerado um partido de esquerda por se opor ao getulismo. Após a morte de Vargas em 1954, o PTB deixa de ter em Getúlio o poder efetivo e passa a ser configurado um poder simbólico, e aos poucos o partido vai unindo a causa dos trabalhadores aos ideais comunistas, e principalmente sobre uma política de reformas de base, a partir de então, o PTB deixa de ser um partido de direita, não por ter saído do poder, mas pelo programa e projeto político, e o inverso acontece com a UDN, que deixa de ser de esquerda e passa a ser um partido de direita pelo seu programa político partidário e por também apoiar o golpe civil militar, golpe este instituído justamente para impedir as reformas de base¹⁸.

5. INTERMEIOS DA POLÍTICA MUNICIPAL

Partindo do nacional para o local, também não foi menor a atuação política dos representantes do legislativo municipal, amplamente vinculados às ideologias políticas de

¹⁵ Duas direitas que emanam do congresso, do poder do estado: uma vinda diretamente de Vargas – PSD e posteriormente PTB, e a outra direita dos que apoiaram Vargas quando da instituição do estado novo – UDN.

¹⁶ DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia, In: O Brasil Republicano, 2013, p.127-154.

¹⁷ Partido Trabalhista Brasileiro.

¹⁸ Partidos de Direita aqui neste contexto de 1954 a 1964 pode se entendido como partidos conservadores e partidos de esquerda como partidos progressistas.

partidos como a União Democrática Nacional (UDN), o Partido Socialista Brasileiro (PSB), o Partido Social Democrático (PSD) e do Partido trabalhista Brasileiro¹⁹ (PTB).

A ata da 1ª sessão²⁰ ordinária da convocação extraordinária aos dezenove dias do mês de agosto do ano de 1948, página 4, o vereador socialista Adelgício dos Santos Lima, apresenta o auto projeto de lei nº 23, que isenta de imposto de feiras as seguintes mercadorias: cereais, legumes, frutas, verduras e vendagem em tabuleiro. Na ata da 3ª sessão²¹ ordinária de convocação extraordinária aos vinte e seis dias do mês de agosto de 1948, página 17, é apresentado o autoprojeto nº 23 para ser discutido e aprovado.

O senhor vereador Paulino Arantes de Lucena (PSD) pede a palavra e diz que o autoprojeto:

“(…) não devia ser aprovado pela câmara, em virtude de trazer prejuízo à fazenda municipal, e que o mesmo não traria nenhum benefício a coletividade, apenas opinava, pela insenção (sic) de impostos as vendagem em tabuleiro, alegando ainda, que as mercadorias, constantes no auto projeto de lei, ficando isentas de imposto, não baratiava (sic) e nem beneficiava a população, em virtude dos contribuintes agirem por meio do cambio nêgro (sic), razão porque era contrário ao auto-projeto (sic)”. (1948, p. 17-18)

Em seguida pede a palavra o vereador Adelgício dos Santos Lima (PSB), autor do auto projeto para justificar as razões pelas quais havia necessidade de aprovação, pois o mesmo “beneficiava o comércio, os contribuintes e o povo em geral”, pediu que “os vereadores entendessem bem o sentido da lei e as razões e necessidades que a mesma deveria ser aprovada”. O projeto foi aprovado por seis votos a dois, sendo contra o referido projeto o vereador Paulino Arantes de Lucena e o vereador Sátiro Teófilo de oliveira, ambos pertencentes à legenda do PSD.

A partir do que foi transcrito nas atas, percebemos as intenções ideológicas partidárias que estavam transparecendo nos projetos de leis e, por conseguinte acalorando os debates. O vereador socialista estava defendendo o que, no seu entendimento partidário, era melhor para a população em geral, pois “pelo povo foi eleito e por ele deve lutar”, é o que lemos em outra ata. Já o vereador pessedista estava a defender a máquina municipal, e obviamente os interesses do prefeito, sabendo que faziam parte da mesma bancada partidária e, portanto, se preocupam com o Estado acima de qualquer bem, e não com a população.

¹⁹ O Partido Trabalhista Brasileiro não elege nenhum vereador na primeira eleição pós Estado Novo, apenas são eleitos vereadores por essa legenda na década de 1950, que a princípio não discutiremos neste artigo. Isso será fruto de um trabalho posterior.

²⁰ Estavam presentes nesta sessão os vereadores Paulino Arantes de Lucena (PSD); João Facundo Filho (PSD); Alberto Araújo Fagundes (PSD); Sátiro Teófilo de Oliveira (PSD); Pedro Carneiro da Cunha (UDN); Raimundo de Carvalho Nóbrega (UDN); João Batista Coêlho de Araújo (UDN) e Adelgício dos Santos Lima (PSB). Somando um total de oito vereadores.

²¹ Idem.

As relações entre a câmara e o município, e entre a câmara e o estado foram acaloradas durante o governo de Osvaldo Trigueiro, é o que percebemos através de uma pequena mostra que inicialmente encontramos no livro de atas.

Na ata da primeira sessão ordinária realizada aos dezesseis de junho de 1948²², uma das principais discussões é sobre uma nota publicada no jornal *A União*²³ assinada pelo senhor prefeito cuja postura foi reprovada por alguns dos vereadores na câmara que a mencionaram insatisfeitos com tal comportamento. Nesta ata lemos a seguinte moção:

“A câmara municipal de Mamanguape, no início dos trabalhos da presente reunião, tomando conhecimento das declarações do senhor prefeito do município, publicadas em jornal da capital e tendo em vista o ambiente de plena liberdade assegurado, pelo governo do estado, a todos os habitantes do município, sem distinção de credo político ou religioso, com a mais perfeita garantia, por parte das autoridades policiais, aos direitos dos cidadãos e seus (...), expressa a sua integral desaprovação a atitude do chefe político municipal e resolve votar uma moção de protesto contra aquelas infundadas declarações”. (1948, p. 46-47)

Um dos vereadores justifica sua desaprovação a essa moção, pois é solidário com a atitude do prefeito, e pede para retirar-se do recinto da câmara junto com sua bancada do PSD (saem quatro dos nove vereadores presentes nesta sessão), a moção foi aprovada por cinco votos – votos dos vereadores presentes.

O senhor José de Oliveira Ramos (PSB) diz que é “solidário a moção por solidariedade ao governador do estado o Dr. Osvaldo Trigueiro e que é solidário a todos os atos justos e democráticos que por ventura venha a ser manifestado pelo prefeito do município” (1948, p. 47). A ata sofreu retificação pedida pelo vereador Paulino Arantes de Lucena (PSD), pois quando a sua bancada se retirou não poderiam ter dado seguimento a sessão visto que não continha o número legal de vereadores e que a bancada pessedista considera verídica as declarações do prefeito José Fernandes de Lima.

²² Estavam presentes nesta sessão os vereadores Paulino Arantes de Lucena (PSD); João Facundo Filho (PSD); Pedro Carneiro da Cunha (UDN); José Geraldo Madruga (PSD); Alberto Araujo Fagundes (PSD); Raimundo de Carvalho Nóbrega (UDN); Sátiro Teófilo de Oliveira (PSD); Manuel Medeiros Correia (UDN) e José de Oliveira Ramos (PSB). Somando um total de nove vereadores.

²³ A União é um jornal estatal paraibano, editado na cidade de João Pessoa/PB. Trata-se do único jornal oficial ainda existente no Brasil. Foi fundado no dia 02 de fevereiro de 1893 pelo então presidente da Província Álvaro Machado, e seu primeiro diretor foi o industrial e jornalista Tito Silva. O jornal surgiu como órgão do Partido Republicano do Estado da Paraíba, agremiação fundada pelo próprio Álvaro Machado. Inicialmente, os escritórios e tipografia de A União funcionaram na Rua Visconde de Pelotas, 49, esquina com a Rua Miguel Couto, no Centro da Cidade Alta. Mais tarde, o edifício foi demolido para alargar a via que dá acesso ao Parque Sólton de Lucena (Lagoa). Foi, aliás, apenas uma das muitas mudanças ocorridas. Antes de estar no atual endereço — o Distrito Industrial da capital — funcionou no bairro de Jaguaribe. Disponível em: [pt.wikipedia.org/wiki/A_União_\(jornal_da_Paraíba\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/A_União_(jornal_da_Paraíba))/Acesso: 07.12.2014. Disponível em: <http://pt.io.gov.mo/Links/record/495.aspx> /Acesso: 07.12.2014.

Na segunda sessão ordinária de dezessete de junho de 1948²⁴, página 49, por causa da retificação, a aprovação da moção de desconfiança ao senhor prefeito municipal foi invalidada, pois quando a bancada retirou-se do recinto não existira mais número legal para votação da mesa e a bancada pessedista mantém de pé o seu protesto contra a moção visto que, considerava verídicas as declarações do senhor prefeito. A moção foi a votação novamente, mas com retificações, pois o senhor Paulino Arantes Lucena, havia dito que daquela forma a moção iria apenas humilhar a pessoa do prefeito, o que ele não concordava.

A partir do que foi transcrito, temos a possibilidade de fazermos algumas observações. Encontramos determinada relação de poder no jogo político entre as bancadas. Quando a bancada pessedista se retira, e faz com que se torne inviável a sessão, os poderes estão marcados, a bancada udenista/socialista nada pode fazer mesmo sendo a maioria²⁵, ela está aprisionada ao poder que está sendo exercido pela minoria, pois em uma jogada estratégica a bancada pessedista demarca seu espaço, até que se mude a moção que ataca o prefeito, a bancada continuará ausente, e por fim, alegando que pelo bem do povo que os elegeram, os vereadores udenista/ socialista muda o teor da moção de forma que não humilhe mais a pessoa do prefeito, encerrando assim este impasse que havia se levantado entre os vereadores.

Por meio da análise dos debates encontrados nessas atas, percebemos a ânsia de defesa que cada bancada tem por defender seus correligionários de partido, cada qual defende quem lhe é de direito, e são justamente essas querelas que fazem com que as discussões se tornem cada vez mais cheias de frenesi, essas alterações, mesmo que algumas vezes aparentem ser amenas, também é percebida na leitura das atas seguintes²⁶, com debates cada vez mais acirrados e reveladores de um sistema partidário municipal atuante neste período de democratização na cidade de Mamanguape.

Na mesma ata do dia dezesseis de junho de 1948, temos outro indício dessa relação câmara/estado x câmara/município. Nesta ata lemos, que o vereador Manuel Medeiros Correia, pedindo a palavra, apresentou uma moção de solidariedade e apoio político ao Exm^o Sr. governador do estado, o Dr. Osvaldo Trigueiro (UDN), submetida a mesma a votação, foi aprovada por unanimidade em parte, por haver declarado o vereador Paulino Arantes de

²⁴ Para saber dos vereadores presente nesta sessão, ver nota 22.

²⁵ Temos nove vereadores participantes nesta sessão, onde cinco pertencem a legenda do PSD, três vereadores da UDN e compondo esta bancada um vereador socialista. Podemos analisar da seguinte forma: a bancada udenista/socialista se torna a maioria, pois tem o apoio nas decisões em votação do presidente da câmara João Facundo Filho, que pertence ao PSD. Percebemos, portanto, possíveis querelas pessoais dentro da bancada pessedista, que provoca o fato de torná-la minoritária nas decisões da Câmara Municipal de Mamanguape/PB.

²⁶ Que não foi adicionado neste trabalho, por não ser intuito do mesmo, que tinha como objetivo demonstrar apenas os primeiros indícios de uma relação político/partidária de poder e entre poderes.

Lucena, ser a sua bancada, solidária apenas na parte administrativa de vez que pertencia a um partido contrário a política do governador do estado. E na ata da segunda sessão ordinária do dia dezessete de junho de 1948 foi lido o telegrama do governador do estado agradecendo a moção de apoio ao seu governo. Percebemos a partir do que foi transcrito nas atas os primeiros indícios de relações entre o governo do estado e o município, mas especificamente com a câmara dos vereadores, que era em sua maioria da mesma bancada – PSB/ UDN – partidária do governador, tendo como oposição os demais vereadores mais o prefeito José Fernandes de Lima que pertenciam ao PSD.

Neste conjunto, temos uma primeira percepção de quanto os debates políticos na Câmara de Vereadores da cidade de Mamanguape são acalorados, e nos permite auferir um intenso jogo político e debates tensos, que em alguns momentos se aproximam do executivo estadual, e em outros se distancia. A política estadual, cujo porta-voz legítimo foi o jornal *A União*²⁷ e onde as notícias dos atos do governo do estado a atuações municipais foram publicados, reverbera na pauta dos assuntos da tribuna.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos de modo geral, que as perspectivas político/administrativas da política mamanguapense oscilavam em torno das relações de poder e interesses das bancadas que se conflitavam na câmara municipal.

O estopim na maioria das discussões era, como percebemos, a repulsa dos pessedistas aos movimentos e decisões da bancada udenista/socialista. Alguns traços do coronelismo estão presentes nessa cena política, principalmente na pessoa do prefeito, que também era o chefe político local. Porém, percebemos aspectos de uma cultura partidária ideológica, na discussão da oposição quando demonstra certa vontade de exercer o poder do povo. Os elementos de representação de uma cultura política, tão fortemente teorizados no início deste trabalho, configuram-se na dinâmica discursiva dos componentes da câmara municipal de Mamanguape, deixando transparecer suas conformações políticas e sociais.

Nossa discussão, que de longe esgota o tema abordado, mostra a dimensão e as perspectivas em que a análise histórica pode proporcionar. Este trabalho, antes de construir

²⁷ No jornal *A União*, encontramos algumas notícias relevantes sobre a cidade de Mamanguape/PB, desde atos políticos à notícias de seu cotidiano, aspectos que serão parte de uma minuciosa análise na continuidade desta pesquisa. O que não foi possível para esse momento, pois não era o objeto principal deste trabalho.

uma perspectiva analítica da nossa política, busca desconstruir a concepção mesmo que tímida da relação, ou melhor, da construção política da cidade estudada e conseqüentemente do estado da Paraíba. Esta “colcha de retalhos” que essa discussão propõe a tecer busca dois objetivos primordiais: primeiro, trazer a luz da história parte das concepções políticas da cidade de Mamanguape, e segundo, instigar a continuidade das pesquisas desse tema.

3. REFERÊNCIAS

Fontes

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE. Câmara Municipal. **Ata da reunião realizada no dia 16 de junho de 1948.** Livro 1, caixa 1, p. 46-49.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE. Câmara Municipal. **Ata da reunião realizada no dia 17 de junho de 1948.** Livro 1, caixa 1, p. 49-52.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE. Câmara Municipal. **Ata da reunião realizada no dia 18 de junho de 1948.** Livro 1, caixa 1, p. 52-55.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE. Câmara Municipal. **Ata da reunião realizada no dia 19 de agosto de 1948.** Livro 2, caixa 1, p. 1-5.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE. Câmara Municipal. **Ata da reunião realizada no dia 25 de agosto de 1948.** Livro 2, caixa 1, p. 6-13.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE. Câmara Municipal. **Ata da reunião realizada no dia 26 de agosto de 1948.** Livro 2, caixa 1, p. 13-20.

Livros e monografias consultados

ALVES, Rogério de Moraes. **Construção e Usos dos Espaços na Feira Livre do Bairro do Areal em Mamanguape/PB.** Monografia (licenciatura em História). Guarabira/PB: UEPB, 2005.

ANDRADE, Ana Isabel de Souza Leão, VASCONCELOS, Severina Maria de Oliveira de. **Mamanguape, 150 anos: uma cidade histórica.** Mamanguape/PB: Prefeitura Municipal de Mamanguape, 2005.

ANDRADE, Maria do Socorro de Carvalho. **As Manifestações Teatrais na Cidade de Mamanguape – PB (2000-2005).** Monografia (licenciatura em História). Guarabira/PB: UEPB, 2005.

ANJOS, Hebert Gler Mendes dos. **Socialismo com democracia: a fundação do Partido Socialista Brasileiro – 1947.** Monografia (licenciatura em História). Universidade de Brasília, 2011.

AZEVEDO, Cecília... [et al.] (Orgs). **Cultura política, memória e historiografia.** Rio de Janeiro : Editora FGV , 2009.

BARBOSA, Jivago Correia. **Política e assistencialismo na Paraíba: o governo de José Américo de Almeida (1951-1956).** Dissertação (mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba, 2011.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. IN: RIOUX E Sirinelli (org). **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998, p. 349-363.

BLONDEL, Jean. **As condições da vida política no Estado da Paraíba**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/ João Pessoa: Assembleia Legislativa/ A União, 1994.

CARVALHO, José Murilo. **A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**. O longo Caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CITTADINO, Monique. **Poder local e ditadura militar: o governo de João Agripino – Paraíba (1965-1971)**. São Paulo: Edusc, 2006.

COSTA, Adailton Coelho. **Mamanguape A Fênix Paraibana**. João Pessoa: GRAFSET LTDA, 1986.

COSTA, Adailton Coelho. **Mamanguape Minha Terra**. João Pessoa: J.B. LTDA, 1992.

ESQUINSANI, Rosimar Serena Siqueira. **As atas de reuniões enquanto fontes para a história da educação: pautando a discussão a partir de um estudo de caso**. IN: Educação Unisinos. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Vol. 11, número 2, maio/agosto 2007.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder**. Porto Alegre: Editora Globo, 1958.

FAUSTO, Bóris (org.). **História geral da civilização brasileira**. O Brasil Republicano (1939-1964). São Paulo: DIFEL, 1981.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

HIPPOLITO, Lucia. **De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64)**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.

LEWIN, Linda. **Política e parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar**. Rio de Janeiro: Record, 1993.

LIMA, Audilene Maria de. **A Rádio Potiguara de Mamanguape: Uma Década de História (1990-2000)**. Monografia (licenciatura em História). Guarabira/PB: UEPB, 2002.

MARINHO, Ernandes Reis. **As relações de poder segundo Michel Foucault**. Taguatinga/DF: E-Revista Facitec - ISSN 1981-3511, v. 2, n. 2, Art. 2, dez. 2008.

MEDEIROS, Josilene Florêncio de. **Mamanguape: História e Patrimônio**. Monografia (licenciatura em História). Guarabira/PB: UEPB, 2005.

MOREIRA, Márcio Macêdo. **Entre Britos e Gaudêncios: cultura política e poder familiar nos cariris velhos da Paraíba (1930-1960)**. Dissertação (mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba, 2012.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org). **Culturas Políticas na História: Novos Estudos**. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2009.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **A história política e o conceito de cultura política**. IN: X Encontro Regional de História da AMPUH/MG. LPH: Revista de História. Nº 6, 1996.

NEVES, Romonilson Silva das. **Síntese Histórica do Município de Mamanguape (1585-1860)**. Monografia (licenciatura em História). Guarabira/PB: UEPB, 2005.

RAMOS, José de Oliveira. **Pedaços da História de Mamanguape**. Mamanguape: Prefeitura Municipal de Mamanguape, 1993.

RENÉ, Rémond (org). **Por uma história política**. Tradução Dora Rocha. – 2. ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RODRIGUES, Adiel Alves. **Panorama de Mamanguape: Uma exposição histórica do município**. Recife: COMUNIGRAF, 2008.

SILVA, Germana Karla M. S. da. **A Obra Missionária da Igreja dos Santos dos Últimos Dias em Mamanguape – PB**. Monografia (licenciatura em História). Guarabira/PB: UEPB, 2005.

SILVA, Jean Patrício da. **“Redemocratização” no Estado da Paraíba (1945): a história política renovada e fontes documentais**. In: Mnemosine Revista. Campina Grande: PPGH. Vol. 3 – nº 1 jan/jun 2012.

SOUZA, Maria do Carmo C. Campello de. **Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)**. 3ª ed. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1990.

